

ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, realizou-se a 127ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbél, Av. do Contorno, 6.664, 1º andar - Bairro Santo Antônio.

Conselheiros presentes: Claudius Vinícius Leite Pereira (URBEL), Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT-MG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Ernani Ferreira Leandro (ACSCD), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MINAS).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI) e Weber Coutinho (Ponto Terra).

Ausências justificadas: Josué Costa Valadão (SMOBI).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, verificando o quórum, iniciou a reunião apresentando o ponto de pauta: proposta de revisão da Resolução COMUSA 001/2019 que definiu o Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento para o ano em curso. Antes de repassar a palavra, colocou em votação a ata da 125ª Reunião Ordinária do COMUSA, aprovada por unanimidade.

A palavra foi então repassada à engenheira Carlota Alves que procedeu à apresentação.

A palestrante apresentou um resumo da Resolução COMUSA 001/2019, aprovada no valor de R\$ 170 milhões, distribuídos em: Gestão Ambiental – R\$ 117 milhões, Vila Viva – R\$ 39 milhões, Resíduos Sólidos – R\$ 3,60 milhões e Fortalecimento Institucional – R\$ 400 mil.

Os recursos executados até o momento compreendem: Gestão Ambiental – R\$ 29,90 milhões, Vila Viva – R\$ 27,90 milhões, Resíduos Sólidos – R\$ 2,30 milhões e não foram gastos os recursos previstos para o Fortalecimento Institucional, totalizando R\$ 60,10 milhões.

Com relação à performance dos 272 empreendimentos aprovados, 85 empreendimentos encontram-se em execução de obra, 46 têm projetos em andamento, 36 estão aguardando ordem de serviço, 26 estão em orçamento, 24 foram aprovados, 12 foram concluídos, 08 estão aguardando convênio, 06 estão paralisados, 06 estão em andamento de desapropriação, 06 estão em elaboração de edital de projeto, 04 estão em licitação de obra, 04 aguardando ordem de serviço de projeto, 03 estão em licitação de projeto, 03 em elaboração de edital de obra, 02 foram cancelados e 01 está em estudo de viabilidade.

A proposta de inclusão de novos empreendimentos justifica-se pelas ocorrências do último período chuvoso, com destaque para a demanda pela execução de obras emergenciais de recuperação de margens de cursos d'água. Além disso, foram incluídos empreendimentos de drenagem urbana que se mostraram necessários ao longo do ano, o empreendimento relacionado ao maciço da barragem da Pampulha e uma consultoria do Programa Drenurbs. Dessa forma, a demanda apresentada corresponde à inclusão de 32 novos empreendimentos, a um custo da ordem de R\$ 3,30 milhões.

Encerrada a apresentação, franqueou-se a palavra aos presentes.

A representante da Comissão Popular de Acompanhamento, Cida Martins, demonstrou seu descontentamento em relação ao mau cheiro na Lagoa da Pampulha.

A representante da Comissão Popular de Acompanhamento, Ivânia Rodrigues, manifestou sua preocupação com a solução proposta para as intervenções na Bacia do Córrego Vilarinho e a demora no início das obras.

O representante da Comissão Popular de Acompanhamento, Luiz Carlos Bandeira, solicitou esclarecimentos sobre o saldo do Fundo Municipal de Saneamento, em relação à demanda, questionando se o problema seria planejamento.

O secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, em resposta aos questionamentos, explicou, a respeito da Lagoa da Pampulha, que o serviço de tratamento da água tem enfrentado um grande desafio, uma vez que os serviços de desassoreamento em execução promovem o revolvimento do lodo do fundo da Lagoa, muito rico em nutrientes e matéria orgânica, provocando o desprendimento de gases e gerando

maus odores. Esclareceu ainda que a ETAF – Estação de Tratamento de Águas Fluviais, que trata as vazões de estiagem dos Córregos Ressaca e Sarandi, encontra-se fora de operação, devido à obra que está sendo executada para implantação de laje de fundo no canal do Ressaca, contemplando a implantação de um novo vertedor. Além disso, o prolongado período de estiagem, em um inverno com temperaturas altas, implica em uma menor capacidade de diluição da carga poluidora afluyente ao lago, impactando de forma significativa o processo de tratamento de suas águas.

Em relação ao município de Contagem, a COPASA vem desenvolvendo um trabalho de ampliação do sistema de esgotamento sanitário, o que tem contribuído para reduzir a carga de poluentes afluyente à Lagoa. Além disso, a COPASA vem implementando um trabalho de mobilização social, de forma a viabilizar a adesão efetiva dos moradores ao sistema de esgotamento sanitário. Em algumas situações os ramais prediais vêm sendo executados pela Concessionária.

Em relação à obra do Córrego do Vilarinho, o empreendimento já constava na Resolução COMUSA 001/19. A concepção inicialmente prevista foi revista. A nova concepção consiste na ampliação de dispositivos de retenção já existentes e implantação de novos reservatórios, os quais permitirão acumular vazão durante as tormentas, com posterior bombeamento de vazões compatíveis com o sistema de macrodrenagem, sem causar prejuízos à população.

Em relação ao saldo do Fundo Municipal de Saneamento, percebe-se que, historicamente, a Prefeitura não tem conseguido gastar todo o recurso disponível. Foi esclarecido que a Administração tem enfrentado dificuldades na contratação e elaboração de projetos, nos processos de desapropriações, indenizações e realocações de famílias, questionamentos judiciais nos processos licitatórios, dentre outros.

Sem mais questionamentos, colocou-se em votação a Resolução COMUSA 002/2019, aprovada com 08 votos a favor e 01 abstenção.

Encerrada a votação, a palavra foi franqueada aos presentes para procederem suas considerações.

A conselheira e representante da SLU, Patrícia Batista convidou os presentes para o Workshop: Belo Horizonte, cidade que recicla e informou que a SLU transferiu para as cooperativas o serviço de coleta porta-a-porta de reciclados. Acredita-se em grandes benefícios decorrentes dessa ação, visto a maior relação entre a população e o catador, que se empenhará em aumentar suas coletas para usufruir dos benefícios. A SLU, por sua vez, vai substituir os 77 contêineres de coleta seletiva existentes, prevendo que sejam instalados até o próximo ano, 200 novos pontos de coleta seletiva, com no mínimo 02 contêineres em cada ponto, sendo 01 para vidro e 01 para papel, metal e plástico. A viabilidade desses investimentos foi assegurada também, graças aos recursos do Fundo Municipal de Saneamento, que propiciaram a substituição de alguns caminhões da SLU. A SLU conta com o apoio da comunidade para se apropriar destes equipamentos, visando o aumento da produtividade da coleta.

A representante da Comissão Popular, Ivânia Rodrigues, expressou seu descontentamento quanto à sujeira nas ruas do Município de Belo Horizonte.

O Conselheiro e representante da Urbel, Claudius Pereira, em resposta aos questionamentos, explicou sobre a necessidade de cortes nos gastos públicos, que acarretaram na diminuição da frequência de varrições, enalteceu o trabalho desenvolvido pela SLU e ponderou sobre a postura mal-educada da população em sujar a cidade.

A representante da sociedade civil, Laura, membro do Conselho Municipal de Saúde, abordou a necessidade de intervenções para acolhimento da população em situação de rua, enfatizando os desafios que tal população tem que enfrentar no âmbito do saneamento básico no município.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.